

CONGRESSO

Blindagem perto do arquivo

Má repercussão nas redes faz com que partido de Jair Bolsonaro recue, depois de ser deixado sozinho na defesa da PEC

» ISRAEL MEDEIROS

A Proposta de Emenda à Constituição que deixa parlamentares a salvo de processos criminais e limita as prisões a casos de crime inafiançável está perto de ser, novamente, engavetada na Câmara. A bancada do PL, maior interessada na aprovação da chamada PEC da Blindagem — o partido tem vários deputados na mira do Supremo Tribunal Federal (STF) — recuou e, conforme o líder Sóstenes Cavalcante (RJ) disse ontem, o assunto deixou de ser prioridade. Motivo: o desgaste da bancada nas redes sociais, depois que o tema passou a ser noticiado e criticado na imprensa.

O esforço dos deputados do PL em defesa da proposta expôs o partido e deu a impressão de que somente eles tinham interesse na matéria — que, a rigor, era suprapartidária. Enquanto o PL segurava o rojão, líderes do centrão e de partidos de esquerdas preferiram a discricão, o que irritou Sóstenes. “Acho que alguns partidos e alguns colegas — porque isso é um benefício para todos os 513 deputados e para os senadores — preferem se acovardar”, disse o parlamentar, em entrevista à GloboNews.

Sóstenes garante que se trata de um tema de importância, mas afirmou que o PL não vai mais liderar as discussões sobre o assunto. “Se algum outro partido quiser (levar o tema adiante), vamos ser coadjuvantes, não seremos mais protagonistas nessa PEC. Não vou querer ajudar 513 (deputados) e 81 (senadores) quando tem gente que acha que fortalecer prerrogativa é um desserviço. Não vou ficar me sacrificando em detrimento de alguns que não querem”, arrematou.

Mesmo depois do anúncio de Sóstenes, os líderes da oposição e da minoria, Zucco (RS) e Carol de Toni (SC), ambos liderados por Sóstenes no PL, continuaram a publicar mensagens em apoio à PEC.

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Em um vídeo publicado nas redes sociais, na tarde de ontem, culpavam o STF — sem apresentar provas — por, supostamente, interferir na discussão nos bastidores para que os parlamentares não votassem o texto na quarta-feira.

Quem também resolveu desembarcar da investida foi o MDB, que tem 42 deputados na Câmara e integra o governo Lula. O **Correio** confirmou, ontem, que o líder Isinaldo Bulhões (MDB-AL) sinalizou que não vai apoiar o avanço da PEC. O presidente do partido, Baleia Rossi (MDB-SP), também deputado, é outro que não tem simpatia pela proposta. Mesmo que a maioria dos parlamentares seja favorável ao tema, o que vale é

a decisão do Colégio de Líderes, que antes da desistência do apoio à blindagem, não havia chegado a um acordo para votá-la.

Sem acordo

A expectativa era de que a PEC fosse ao plenário na quarta-feira, segundo o que foi definido em uma reunião de líderes um dia antes. O combinado era que o relator, deputado Lafayette de Andrada (Repúblicanos-MG), entregasse seu parecer na manhã de quarta. As negociações, no entanto, duraram o dia inteiro. À noite, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-MG), reuniu líderes na Residência Oficial da Casa para tentar bater o

martelo sobre o tema e votar a PEC.

Com a falta de acordo sobre o assunto, Lafayette, que trabalhava para tentar atender aos pedidos de mudanças ao texto, voltou a Minas Gerais, onde deve passar o fim de semana, segundo apurou o **Correio**. Só retornará às negociações em Brasília na próxima semana. Ele ainda não apresentou o parecer à PEC, que teve a última tramitação em 2021.

Na semana passada, os governistas tentaram esfriar as negociações. A análise era de que o texto beneficiaria especialmente a casta bolsonarista do Congresso e tiraria o foco da aprovação de medidas essenciais para o governo, como a isenção do Imposto de Renda para

quem ganha até R\$ 5 mil. O prazo para aprovar o texto, se houver mudanças na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), como quer o Executivo, é no fim de setembro. O início do julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro no STF, na próxima semana, também pode embolar as negociações.

O líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (PT-RJ), comemorou o desembarque dos líderes da PEC da Blindagem. Para ele, essa será a oportunidade de acelerar a discussão da isenção do IR. “Trata-se de uma grande vitória da sociedade brasileira: a aliança entre quem defende a impunidade e quem tramou contra a democracia foi derrotada. O recado é claro: chega de



Acho que alguns partidos e alguns colegas — porque isso é um benefício para todos os 513 deputados e para os senadores — preferem se acovardar”

Deputado Sóstenes Cavalcante (RJ), líder do PL e que defendeu com veemência a PEC da Blindagem

alienação e desconexão com a realidade. O povo quer discutir pautas concretas”, disse.

Por ser uma proposta de emenda à Constituição, precisaria ser aprovada em dois turnos no Plenário da Câmara com os votos de três quintos dos deputados — 308 parlamentares. Depois, teria de passar pelo Senado, onde parlamentares alinhados ao governo — incluindo do MDB — se disseram contrários ao texto.

“A PEC da Blindagem é um retrocesso. Ela transforma a imunidade em impunidade, como um HC (habeas corpus) eterno para uma casta de intocáveis”, afirmou o senador Renan Calheiros (MDB-AL), que lembrou os inquéritos que enfrentou no STF.

O senador alagoano foi alvo de mais de 20 inquéritos na Corte e, também, o primeiro presidente do Senado a tornar-se réu no exercício do mandato, em 2016. “Fui inocentado em vários inquéritos, me defendi à luz do dia e jamais defendi casuísmos ou pedi anistia. Congresso não é valhaacouto. Com meu voto não passa”, garantiu Renan.

PODER

Antes de ir a Minas, Lula ataca Zema e o chama de “falso”

» VICTOR CORREIA

A 24 horas de pisar em solo mineiro, hoje, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disparou críticas ao governador Romeu Zema (Novo), um dos pré-candidatos da direita à Presidência no próximo ano. Lula deixou claro que não vê espaço para uma terceira via e que aposta na polarização com o sucessor do ex-presidente Jair Bolsonaro — seja ele Zema, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos) ou o de Goiás, Ronaldo Caiado (União).

“Não faço distinção a nenhum governador. Nem ao de Santa Catarina (Ratinho Jr.), que me ataca todo dia, nem ao Zema, que mente. Porque o Zema é o falso humilde”, disparou o presidente ao ser questionado sobre a relação com mineiro, em entrevista ao programa Balanço Geral MG, da TV Record.

“Quando ele aparece nas redes comendo uma banana com casca, ele poderia ter sido mais radical e comer um abacaxi com casca. Ou uma jaca. Seria muito melhor para ele mostrar a bobagem que tentou passar para o povo”, emendou. O presidente referia-se ao vídeo publicado por Zema, no início do ano, no qual comia uma banana com casca para criticar a inflação dos alimentos.

Lula irá hoje a Contagem, na região metropolitana de Belo Horizonte, para anunciar uma expansão de R\$ 1 bilhão no metrô da cidade, com duas novas estações, e anunciar projetos do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Zema não participará. Os dois trocaram farpas na última vez em que estiveram no mesmo palanque, em março, em evento da montadora Stellantis em Betim.

Lula também saiu em defesa de Fernando Pimentel, que governou

Minas antes de Zema. “Ele (Zema) tenta descaracterizar a honradez do povo de Minas Gerais tentando essa falsa humildade, vendendo coisa que não tem. Oito anos falando mal do Pimentel, sem explicar a verdade. Pegou o estado sem pagar a dívida e, aí, começou a dizer que era competente, que o Pimentel não era competente” observou. Segundo o presidente, Pimentel fez uma gestão modesta porque se dedicou ao pagamento da dívida mineira com a União, que hoje está em cerca de R\$ 180 bilhões.

Questionado sobre o próximo governo de Minas, Lula admitiu que “sondou” o ex-presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), sobre a possível candidatura, que pode ter como vice a prefeita de Contagem, Marília Campos (PT). Porém, disse que o parlamentar ainda não confirmou se deseja concorrer ao governo mineiro.

Terceira via

Sobre a disputa pelo Planalto, no ano que vem, Lula disse esperar um cenário polarizado entre ele e o sucessor de Bolsonaro. O presidente também vê como positivo que haja tantos nomes da direita disputando espaço.

“As eleições vão ser polarizadas e é bom. No mundo inteiro, quando tem dois candidatos, ela é polarizada. Acho que não vai ter espaço para uma terceira via. As pessoas vão ter que escolher o lado em que vão estar”, disse.

Lula intensificou nesta semana o tom eleitoral em seus discursos. Em reunião ministerial na terça, posou com seus ministros usando o boné azul com o lema “O Brasil é dos Brasileiros”, e anunciou a mudança de slogan do governo federal para “Do Lado do Povo Brasileiro”.

Reprodução



Com Bolsonaro na capa, revista diz que Brasil ensina a defender democracia

Zambelli fica presa devido a risco de fuga

A Justiça da Itália decidiu, ontem, manter a deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) presa ao longo do processo em que ela pode ser extraditada para o Brasil. A defesa da parlamentar alegava questões de saúde e pedia que ela aguardasse a decisão em liberdade. Mas a Corte de Apelação italiana considerou que há o perigo, em “grau máximo”, de fuga de Zambelli, caso seja solta — e decidiu que deve continuar detida na seção feminina do presídio de Rebibbia, em Roma.

Para tomarem a decisão, os juízes analisaram um laudo de perito

médico, que avaliou se a prisão poderia ser considerada um risco à saúde da deputada. Mas, de acordo com a corte, “em termos gerais e abrangentes, a equipe que trabalha na unidade onde a paciente está internada garante a administração correta de terapias farmacológicas, o monitoramento básico e especializado constante da saúde e a administração correta e consistente das terapias estabelecidas”.

Zambelli foi condenada duas vezes pelo Supremo Tribunal Federal e fugiu do país após a primeira

condenação, em maio, por ter coordenado invasão hacker aos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). No episódio, ela emitir um mandado de prisão falso contra o ministro Alexandre de Moraes, do STF. A deputada foi presa na Itália em 29 de julho — estava escondida no apartamento de uma empresária brasileira.

Neste mês, depois que já estava detida na Itália, a parlamentar foi condenada mais uma vez pelo Supremo — agora por porte ilegal de arma de fogo e constrangimento ilegal. A decisão da Corte refere-se

ao episódio, ocorrido na véspera do segundo turno das eleições de 2022, quando Zambelli perseguiu um homem no bairro Jardins, em São Paulo, empunhando uma arma. O entretanto foi considerado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro fundamental para sua derrota nas urnas para Luiz Inácio Lula da Silva.

O advogado Fabio Pagnozzi, que representa a parlamentar, afirmou que a decisão evidencia um viés “político” no processo contra Zambelli e que recorrerá na Suprema Corte italiana.